



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

As informações financeiras contidas e analisadas a seguir são derivadas das informações trimestrais (ITR) consolidadas auditadas da Companhia relativa aos períodos findos em 30 de setembro de 2025 e 2024. Os termos "Ativo" e "Passivo" constantes das colunas de determinadas tabelas significam "análise horizontal" e "análise vertical", respectivamente, enquanto o termo "N.A." significa "não aplicável".

PERÍODO FINDO EM FIM DO PERÍODO DE 2025 COMPARADO AO PERÍODO FINDO EM FIM DO PERÍODO DE 2024

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO (em R\$ milhares, exceto %)	3T25	AV%	3T24	AV%	AH%
Receita operacional líquida	231.222	100,00%	195.416	100,00%	18,32%
Custos dos serviços prestados	(114.737)	-49,62% (120.043)	-61,43%	-4,42%	
Lucro Bruto	116.485	50,38%	75.373	38,57%	54,54%
Despesas gerais e administrativas e com vendas	(54.315)	-23,49% (36.080)	-18,46%	50,54%	
Outras receitas (despesas) líquidas	(1.123)	-0,49% (7.356)	-3,76%	n.a	
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro					
equivalência patrimonial	61.047	26,40%	46.649	23,87%	30,86%
Resultado de equivalência patrimonial	1.027	0,44%	5.263	2,69%	-80,49%
Resultado financeiro	(41.356)	-17,89%	(28.666)	-14,67%	44,27%
Receitas Financeiras	39.039	16,88%	22.413	11,47%	74,18%
Despesas Financeiras	(80.395)	-34,77% (51.079)	-26,14%	57,39%	
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	20.718	8,96%	23.246	11,90%	-10,87%
Imposto de renda e contribuição social	(1.272)	-0,55% (4.215)	-2,16%	-69,82%	
Imposto de renda e contribuição social corrente	(2.828)	-1,22% (5.392)	-2,76%	47,55%	
Imposto de renda e contribuição social diferido	1.556	0,67% 1.177	0,60%	32,20%	
Resultado do período	19.446	8,41%	19.031	9,74%	2,18%

Balancos patrimoniais em 30 de setembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		30/09/2025	31/12/2024	30/09/2025	31/12/2024
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	3	162.833	12.293	180.101	50.165
Títulos e valores mobiliários	4	13.902	8.504	23.143	12.962
Contas a receber de clientes	5	73.472	56.286	240.557	169.906
Debitores	10	137.953	62.763	137.953	62.763
Impostos e contribuições a recuperar	6.a	21.274	17.452	51.969	43.393
Outros ativos circulante	8.a	37.739	30.624	56.195	52.805
Total do ativo circulante		447.173	187.922	689.918	391.994
Não circulante					
Títulos e valores mobiliários	4	29.716	42.402	29.716	42.402
Debitores não circulante	10	423.628	439.344	423.628	439.344
Contas a receber de clientes - não circulante	5	48.155	41.826	84.937	85.228
Partes relacionadas não circulante	7	245.684	225.271	149.217	150.612
Depósitos judiciais e cauções	6.c	1.294	1.294	1.300	1.300
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18.d	81.875	79.973	81.875	79.973
Investimentos	9	1.352.409	1.339.062	119.704	112.801
Imobilizado, Líquido	11	281.192	238.650	914.901	853.458
Intangível	12	44.445	43.809	440.360	450.699
Direito de uso	13	41.895	50.680	72.918	96.286
Outros ativos não circulante	8.a	-	-	6.069	6.069
Total do ativo não circulante		2.550.293	2.502.311	2.324.625	2.318.172
Total do ativo		2.997.466	2.690.233	3.014.543	2.710.166

Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		30/09/2025	31/12/2024	30/09/2025	31/12/2024
Circulante					
Empréstimos e financiamentos	13	156.860	60.212	191.618	141.788
Arrendamentos	13	21.968	20.404	37.595	42.997
Fornecedores	14	23.561	19.741	58.102	52.871
Outorgas a pagar	15	101	101	14.761	11.902
Salários e encargos sociais	16	18.525	14.951	36.870	29.126
Impostos e contribuições a recolher	6.b	9.043	9.483	33.543	35.129
Parcelamento de impostos	17	8.674	8.994	20.291	20.896
Adiantamento de clientes	19	3.021	305	3.578	6.423
Contas a pagar	20	967	5.830	967	5.830
Outros passivos circulantes	8.b	2.109	1.476	3.583	2.000
Total do passivo circulante		244.829	141.497	400.908	348.762
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	13	1.119.089	1.036.198	1.307.756	1.162.606
Arrendamentos não circulante	13	25.343	37.932	42.207	62.381
Parcelamento de impostos	17	6.218	10.878	19.453	31.059
Provisão para perdas em investimentos	9	158	601	158	601
Passivo com partes relacionadas	7	774.940	679.939	370.830	279.501
Provisão para contingências	18	5.556	9.100	11.320	14.969
Outros passivos	8.b	22.239	14.725	34.749	30.866
Total do passivo não circulante		1.953.543	1.789.373	2.478.173	1.581.983
Patrimônio líquido					
Capital social	21.a	806.843	806.843	806.843	806.843
Reserva para investimentos		171.055	171.055	171.055	171.055
Ajuste de avaliação patrimonial		10.359	10.359	10.359	10.359
(-) Prejuízos acumulados		(200.417)	(240.148)	(200.417)	(240.148)
Outros resultados abrangentes		11.254	11.254	11.254	11.254
Participação de controladores		799.094	759.363	799.094	759.363
Participação de não controladores		-	-	28.068	20.058
Total do patrimônio líquido		799.094	759.363	827.162	779.421
Total do passivo e do patrimônio líquido		2.997.466	2.690.233	3.014.543	2.710.166

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRENGENTES - PERÍODOS DE NOVE MÊSES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2025 E 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto resultado por ação expresso em reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		30/09/2025	30/09/2024	30/09/2025	30/09/2024
Lucro líquido (prejuízo) do período		39.731	59.899	46.390	64.902
Outros resultados abrangentes - Equivalência patrimonial		-	6.667	-	6.667
Total de outros resultados abrangentes do período, líquidos de tributos		39.731	66.566	46.390	71.569
Atribuível aos acionistas:					
Não controladores		-	-	6.659	5.003
Controladores		-	-	39.731	66.566

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Orizon Meio Ambiente foi constituída no ano de 1999 e tem como objetivo investigar e atuar nos seguintes segmentos: **Tratamento e Destinação Final de Resíduos Perigosos e Não-Perigosos**; A Orizon Meio Ambiente detém, direta ou indiretamente (por meio de suas controladas, controladas em conjunto), 3 (três) plantas para tratamento e destinação final de resíduos perigosos e 16 (dezesseis) aterros sanitários para resíduos não perigosos. Os ativos são localizados nos estados de Minas Gerais, Pernambuco, Sergipe, Rio de Janeiro, São Paulo, Goiás, Alagoas, Paraíba, Rondônia e Mato Grosso, Ceará e Rio Grande do Norte, recebendo cerca de 26,000 toneladas diárias de resíduos. As informações acima consideram as aquisições recentes ocorridas no segundo semestre de 2024. **Energia de Biogás, Fomento de Biogás e Créditos de Carbono - Controladora e controladas:** Algumas controladas da Orizon Meio Ambiente vêm explorando o biogás de seus aterros sanitários para aproveitamento energético. Atualmente, a empresa capta cerca de 62.000 Nm³ por hora de biogás em 10 de seus aterros sanitários, o que significa um potencial de geração de aproximadamente 32.000MW^h instalados, que vem sendo utilizado das mais diversas maneiras, sendo parte para geração de energia e parte queimando em flare. Entre os projetos de destaque: • Aterros de Nova Iguaçu e São Gonçalo (RJ): possuem contratos de disponibilidade e fornecimento de biogás de longo prazo com clientes privados, estruturados no modelo take-or-pay. Os contratos viabilizam projetos de geração de energia elétrica incentivada e futuramente o biogás também será utilizado para a produção de biometano. • Aterro de Barra Mansa (RJ): operado pela CTR Barra Mansa, viabiliza a geração mensal de aproximadamente 1.300 MW^h de energia elétrica a partir do biogás, em um projeto de geração distribuída voltado ao atendimento de grandes consumidores. • Aterro de Jaboatão dos Guararapes (PE): objeto de uma joint venture em formato de consórcio, da qual a Orizon Meio Ambiente participa, com outra empresa do grupo com foco no desenvolvimento de um projeto para geração de energia elétrica a partir do biogás que, no curto prazo, também será utilizado para a produção de biometano. Em Paulínia, o aterro sanitário, adquirido no contexto da UPI Aterro, fornece biogás para a planta de biometano, que por sua vez, fornece combustível para a UTE Paulínia. Por fim, no último trimestre de 2023, a Companhia e suas controladas iniciaram a queima do biogás em flare nos eparques de Macéio e Rosario do Catete. Além disso, no que tange à exploração de créditos de carbono, a Orizon Meio Ambiente e suas controladas, possuem através de seus aterros geração anual de ordem de 3 milhões de toneladas de carbono, seja pela queima do biogás ou ainda pela geração de energia limpa. ¹ Informação não auditada pelos auditores independentes da Companhia. **Beneficiamento de Resíduos:** Na atividade de beneficiamento de resíduos, em 30 de setembro de 2025, a Orizon Meio Ambiente conta com 05 (cinco) unidades em operação, sendo: (i) uma filial localizada em Magé, com estrutura para blendagem de resíduos voltada ao coprocessamento; (ii) uma joint venture com a Vamtec Rio Insumos Siderúrgicos Ltda., dedicada ao processamento de resíduos industriais em planta instalada nas dependências da Companhia Siderúrgica Nacional, no município de Volta Redonda, estado do Rio de Janeiro; (iii) uma unidade em Sorocaba, estado de São Paulo, com infraestrutura de blendagem para coprocessamento e atuação em logística reversa; (iv) uma planta em Jaboatão dos Guararapes, voltada à triagem mecanizada de resíduos; e (v) uma unidade de triagem mecanizada situada no município de Paulínia, estado de São Paulo. **Exploração da produção de biometano nos eparques:** Em 20 de dezembro de 2024, a Orizon Valorização, por meio de sua controlada Orizon Energia e Gás Renovável ("BioE"), concluiu a operação que resultou na constituição de duas novas sociedades, em parceria com a GN Verde Participações S.A. ("GN Verde"), com o objetivo de viabilizar a produção de biometano nos Eparques de Nova Iguaçu e São Gonçalo. A estrutura societária prevê participação igualitária entre os sócios, com BioE e GN Verde detendo, cada uma, 50% de participação nas referidas sociedades. A estimativa inicial de produção é de 180.000 m³ por dia, marcando o início formal da iniciativa conjunta para produção e comercialização de biometano. **Engenharia Ambiental:** A Orizon Meio Ambiente mantém contratos de prestação de serviços com abrangência nacional na área de serviços ambientais, atuando em atividades como: (i) recuperação de áreas degradadas; (ii) remediação de áreas contaminadas; (iii) diagnóstico e monitoramento ambiental; (iv) gerenciamento de resíduos; e (v) limpeza de tanques da indústria petrolífera, entre outros. No entanto, a Companhia encontra-se em fase de desmobilização dessa linha de atuação. Em 2023, os saldos relacionados a essa atividade foram integralmente baixados por meio do reconhecimento de impairment no resultado do exercício. **Aproveitamento de biogás para geração de energia:** Em 17 de novembro de 2016, a Ecopass firmou instrumento vinculante com a ASJA do Brasil Serviços para o Meio Ambiente Ltda. ("Asja Brasil"), tendo a ASJA Ambiente Italia S.P.A. como interveniente garantidora, para geração e comercialização de energia elétrica através do biogás produzido no aterro sanitário de Jaboatão dos Guararapes. O contrato firmou início vigência a partir da data de assinatura e vigorará por até 15 anos, contados a partir do início da operação comercial. Ainda no segundo semestre de 2024, foi exercida, pela BioE, a opção de compra que a Companhia possuía para aquisição da Asja Pernambuco, desenvolvendo o projeto de energia no eparque de Jaboatão dos Guararapes. **Controladas diretas:** O contexto operacional das controladas diretas é como segue: a) **Central de Tratamento de Resíduos Nova Iguaçu S.A. ("CTRNI"):** A CTRNI foi constituída em fevereiro de 2003, e tem por objeto social obras de terraplenagem para proteção ambiental, contenção e proteção de talude, drenagem, construção, implantação, operação e manutenção da central de tratamento e de destinação final de resíduos sólidos no município de Nova Iguaçu (RJ), nos termos do Contrato de Concessão de Serviços ("Contrato de Concessão") celebrado com a Empresa Municipal de Limpeza Urbana ("EMLURB"), daquele município, dentre outras atividades afins. As principais características do Contrato de Concessão firmado entre a CTRNI e a EMLURB estão descritas a seguir: - Obra/Serviço: Concessão de serviços para a construção, implantação, operação e manutenção de uma central de tratamento e de destinação final de resíduos sólidos. - Início: 15 de dezembro de 2000. - Término: 15 de dezembro de 2034. Atualmente, além do atendimento ao município de Nova Iguaçu, a Central de Tratamento de Resíduos de Nova Iguaçu (CTRNI) presta serviços a diversos outros clientes públicos e privados, incluindo as cidades de Duque de Caxias, Nilópolis, São João de Meriti e Mesquita. A unidade também se destaca pela disponibilização de um volume de biogás entre 10.000 a 12.000 Nm³ por hora para uma usina de geração de energia elétrica, que atualmente conta com aproximadamente 23 MW de capacidade instalada. Essa operação, além de contribuir para a matriz energética renovável, possibilita a geração de créditos de carbono. Adicionalmente, a Companhia detém área adjacente ao aterro sanitário, o que permite a eventual expansão das atividades realizadas no local, inclusive para além do prazo originalmente estabelecido na concessão. b) **Central de Tratamento de Resíduos de Alcântara S.A. ("CTR"):** A CTR desempenha as atividades relacionadas ao encerramento e monitoramento do

Relatório da Administração Orizon Meio Ambiente S.A. 3T25

Custo dos serviços prestados

O custo dos serviços prestados no período encerrado em 30 de setembro de 2025 foi de R\$114.737 mil, frente aos R\$120.043 mil no ano anterior, o que representou uma redução de R\$5.306 mil ou 4,42%. Essa variação mostra a melhoria operacional em nossos ativos.

Lucro bruto

O lucro bruto no período encerrado em 30 de setembro de 2025 foi de R\$116.485 mil, em comparação a R\$75.373 mil no mesmo período de 2024, representando um aumento de R\$41.112 mil ou 54,54%. O lucro bruto representou 50,38% e 38,57% da receita líquida em 2025 e 2024, respectivamente.

Despesas gerais e administrativas e com vendas

O total de despesas no período findo em 30 de setembro de 2025 acumulou R\$54.315 mil, ante R\$36.080 mil em 2024, um aumento de R\$18.235 mil ou 50,54%. Essas despesas representaram -23,49% e -18,46% da receita líquida nos períodos respectivos.

Outras receitas (despesas), líquidas

No período findo em 30 de setembro de 2025, as outras receitas (despesas), líquidas, foram negativas em R\$1.123 mil, frente a uma receita de R\$7.356 mil no mesmo período de 2024. Isso representa uma redução líquida de R\$8.479 mil.

Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro e da equivalência patrimonial

O lucro antes do resultado financeiro e da equivalência patrimonial foi de R\$61.047 mil em 2025, contra R\$46.649 mil em 2024, um aumento de R\$14.398 mil ou 30,86%.

Resultado de equivalência patrimonial

O resultado de equivalência patrimonial foi positivo em R\$1.027 mil no terceiro trimestre de 2025, ante R\$5.263 mil no mesmo período do ano anterior devido aos resultados em nas empresas controladas.

Resultado financeiro, líquido

O resultado financeiro líquido no terceiro trimestre de 2025 foi uma despesa de R\$41.356 mil, comparado a R\$28.666 mil em 2024, representando um aumento da despesa em R\$12.690 mil ou 44,27%. A variação deve-se principalmente ao pré-pagamento de debêntures realizado no período e do desenvolvimento de novos projetos.

Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras totalizaram R\$39.039 mil em 2025, frente a R\$22.413 mil em 2024, crescimento de 74,18%. As despesas financeiras, por sua vez, aumentaram em R\$51.079 mil para R\$80.395 mil em 2025, frente a R\$51.079 mil em 2024, um aumento de R\$29.316 mil ou 57,41%. No terceiro trimestre de 2025, o lucro antes dos tributos foi de R\$20.718 mil, frente ao lucro de R\$23.246 mil no mesmo período de 2024 - uma queda de R\$2.528 mil ou -10,87%.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido individual e consolidado - Períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2025 e 2024 - (Valores expressos em milhares de reais)

Reserva de capital	Controladora		Consolidado	
	30/09/2025	30/09/2024	30/09/2025	30/09/2024
Reserva especial de de capital	10.359	156.654	10.359	156.654
Ajuste de avaliação patrimonial - Custo atribuído	-	-	-	-
Reserva de capital	10.359	156.654	10.359	156.654
Prejuízos acumulados	-	(289.971)	-	(289.971)
Outros resultados abrangentes	6.667	-	6.667	-
Total	17.026	(133.317)	17.026	(133.317)

Demonstrações dos resultados - Períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto resultado por ação expresso em reais)

Reserva de capital	Controladora		Consolidado	
	30/09/2025	30/09/2024	30/09/2025	30/09/2024
Reserva especial de de capital	10.359	156.654	10.359	156.654
Ajuste de avaliação patrimonial - Custo atribuído	-	-	-	-
Reserva de capital	10.359	156.654	10.359	156.654
Prejuízos acumulados	-	(289.971)	-	(289.971)
Outros resultados abrangentes	6.667	-	6.667	-
Total	17.026	(133.317)	17.026	(133.317)

Demonstrações dos fluxos de caixa - Período findo em 30 de setembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

Fluxos de caixa das atividades operacionais	Controladora		Consolidado	
	30/09/2025	30/09/2024	30/09/2025	30/09/2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais	39.731	59.899	46.390	64.902
Lucro líquido (prejuízo) do período	39.731	59.899	46.390	64.902
Ajustes para reconciliar o lucro líquido (prejuízo):				
Resultado de equivalência patrimonial	(62.609)	(90.960)	(62.609)	(90.960)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	3.431	3.946	178	341
Provisão para contingências	(1.811)	(2.839)	(1.212)	(2.684)
Ajuste a valor presente	5.697	6.368	9.608	6.368
Variação cambial	2.012	(1.487)	2.152	(2.962)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(1.902)	(2.165)	(2.861)	(2.165)
Depreciações e amortizações	58.551	51.080	116.889	98.163
Provisão para fechamento de aterro	3.245	1.158	4.884	3.027
Reversão de debêntures	(63.591)	(51.083)	(63.591)	(51.083)
Provisão para redução do valor recuperável	-	-	-	-
Valor residual do imobilizado baixado	(2.098)	-	(1.281)	-
Juros provisionados sobre empréstimos e financiamentos	132.764	111.514	161.074	119.792
Resultado de caixa das atividades operacionais	620	-	785	-
Outros (Aumento) redução nos ativos operacionais	(25.988)	(24.437)	(76.259)	(35.257)
Contas a receber de clientes	(1.357)	(1.070)	(2.996)	(11.782)
Depósitos judiciais e cauções	-	(450)	-	(456)
Adiantamentos	(6.037)	(9.107)	(3.390)	(21.111)
Aumento (redução) nos passivos operacionais	7.387	(7.475)	7.002	(8.627)
Outorgas a pagar	-	-	2.859	(1.729)
Salários e encargos sociais	3.129	4.080	7.744	9.673



Orizon Meio Ambiente S.A.

CNPJ/MF nº 03.279.285/0001-30



Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas em 30 de setembro de 2025 - (Em milhares de reais)

conhecia naquela data, teria afetado a mensuração dos valores reconhecidos. Durante o período de mensuração, também deve reconhecer adicionalmente ativos ou passivos, quando nova informação for obtida acerca de fatos e circunstâncias existentes na data da aquisição, a qual, se conhecida naquela data, teria resultado no reconhecimento desses ativos e passivos. As informações referentes aos saldos de acordo com o PPA final estão detalhadas nos quadros abaixo:

Valor justo na data de aquisição	1.165
Preço de aquisição Contraprestação	16.374
Total Mais valia - Imobilizado - Licença	15.209

Controladas em conjunto e coligadas: a) *UTE Paulínia Verde Participações S.A. ("UTE Paulínia")*: A UTE Paulínia foi criada, em conjunto com a Gera Energia do Brasil S.A. ("Gera") e a Mercúrio Holding S.A. ("Mercúrio"), visando a exploração de usina termelétrica de ciclo aberto de gás natural renovável, gerado no aterro localizado no município de Paulínia, estado de São Paulo. A constituição da UTE Paulínia não gerou efeitos no resultado ou ágio. No final de abril de 2022, a UTE Paulínia passou a ser a titular do contrato firmado pela Mercúrio com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE") para a venda de 15,7 MW médios, mediante condições contratuais previamente estabelecidas em 29 de junho de 2022, via despacho 1735/2022, a Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL") publicou a liberação da usina geradora da UTE Paulínia, em 14 de agosto de 2023, a Companhia e sua controladora Orizon Valorização de Resíduos S.A. divulgaram fato relevante acerca da formação de uma sociedade com a Compass Comercialização S.A. ("Compass"), para a produção de biometano no Eoparque de Paulínia em conjunto com a Edge Comercialização S.A. ("Edge"), companhia controlada pela Compass Gás e Energia S.A. *Formação de investida para produção de biometano em Paulínia*: No contexto da transação, a Edge investirá até R\$355.000, sendo R\$235.000 no estágio inicial da parceria (já desembolsados), dos quais R\$100.000 aportados na Biometano Verde Paulínia S.A. e R\$135.000 em secundária para o Grupo Orizon. O montante adicional de até R\$120.000 está condicionado à entrega de um maior volume de biogás. A Companhia por sua vez, por um período de 20 anos, se compromete a ceder espaço no aterro sanitário de Paulínia para a construção e operação da planta e a suprir o biogás para a produção do biometano (vide Nota 25). Em 20 de outubro de 2023, com o implemento das condições contratuais precedentes, a transação foi concluída, ficando a Edge com 51% de participação na Biometano Verde Paulínia S.A. e o Grupo Orizon, por meio de sua controlada OIEMA com 49%. O investimento do projeto em sua primeira etapa é estimado em até R\$450.000, o início da operação da planta de Biometano de Paulínia está previsto para o segundo semestre de 2025.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1. Declaração de conformidade: As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com o pronunciamento técnico NBC TG 21 - Demonstração Intermediária, e com a norma internacional IAS 34 - "Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board - IASB" (atualmente denominada pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"). A apresentação destas informações foi elaborada de forma consistente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração do Formulário de Informações Intermediárias - ITR. As demonstrações dos valores adicionados estão sendo apresentadas como informações suplementar para fins de IFRS. As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas e respectivas notas explicativas não incluem todas as informações e divulgações requeridas para informações financeiras anuais. Portanto, essas demonstrações devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras auditadas anuais de 31 de dezembro de 2024. A Administração da Companhia autorizou a emissão das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas em 12 de novembro de 2025. Conforme Orientação Técnica OCP 07, a Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia em 15 de maio de 2025 na sua gestão. **2.2. Base de elaboração:** As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos mensurados pelo valor justo, quando indicados. As informações contábeis intermediárias foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando o contrário estiver disposto em nota explicativa. As informações contábeis intermediárias são preparadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. **2.3. Base de consolidação:** As informações contábeis intermediárias consolidadas compreendem as informações contábeis intermediárias do Grupo em 30 de setembro de 2025. O controle é obtido quando o Grupo estiver exposto ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida. A variação na participação societária da controlada, sem perda de exercício de controle, é contabilizada como transação patrimonial. Se o Grupo perder o controle exercido sobre uma controlada, é dado baixa nos correspondentes ativos (inclusive ágio), passivos, participação de não controladores e demais componentes patrimoniais, ao passo que qualquer ganho ou perda resultante é contabilizado no resultado. As investidas classificadas como controlada direta ou indireta, são apresentadas de forma consolidada nas demonstrações financeiras, enquanto as demais investidas, são reconhecidas pelo percentual de participação nas respectivas linhas de investimentos e resultado de equivalência patrimonial. Abaixo a estrutura é como segue:

Companhia	Categoria	Participação no capital (%)	
		30/09/2025	31/12/2024
CTRNI	Controlada direta	100	100
CTRA	Controlada direta	100	100
CTRBM	Controlada direta	100	100
SES Haztec	Controlada em conjunto	50	50
ETR Gramacho	Controlada direta	100	100
UTM Jaboatão	Controlada direta	100	100
Vamtec Orizon	Controlada em conjunto	50	50
UTE Paulínia	Controlada em conjunto	33,33	33,33
SPE Itaboraí	Controlada direta	100	100
SPE Itapevi ²	Controlada direta	100	100
SPE Rosário do Catete	Controlada direta	100	100
Orizon Sorocaba Blendagem	Controlada direta	100	100
Orizon Tremembé Ambiental	Controlada direta	100	100
SPE CTR Metropolitana	Controlada indireta	100	100
Metropolitana Serviços Ambientais	Controlada indireta	50	50
SPE Macaé ³	Controlada direta	100	100
Orizon Pantanal	Controlada direta	100	100
CTR Porto Velho	Controlada direta	51	51
CTR Santa Luzia (1)	Controlada em conjunto	50	50
Centro de Gerenciamento de Resíduos Cuiabá Limitada	Controlada indireta	100	100
CGR Ambiental Tratamento de Resíduos Ltda.	Controlada indireta	100	100
Orizon Holding Ceará Ltda.	Controlada direta	100	100
Oeste Ambiental	Controlada indireta	51	51
Eoparque Juazeiro do Norte	Controlada indireta	51	51
Biometano Verde Paulínia S.A.	Controlada em conjunto	49	49
sPE Central de proc.de Res. Urb. de Duque de Caxias S.A (3)	Controlada direta	100	100
Consorcio Pernambuco Asja Oma (4)	Controlada direta	50	50

(1) Redução de participação societária em virtude do aporte da fração remanescente de terreno pela SUMA (Acionista da CTR Santa Luzia) que foi utilizado na transação inicial para integralização de capital. (2) Incorporada na Orizon Meio Ambiente em 30 de abril de 2025. (3) No 3^o trimestre de 2025, foi constituída a sPE Duque de Caxias. (4) A participação pode variar conforme receita gerada. **2.4. Moeda funcional, moeda de apresentação e transações em moeda estrangeira - conversão de saldos e transações em moeda estrangeira:** As informações contábeis intermediárias são preparadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional utilizada da Companhia. **2.5. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** A preparação de informações contábeis intermediárias requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração. Áreas consideradas significativas e que requerem maior nível de julgamento e estão sujeitas a estimativas incluem: receita não faturada, imposto de renda e contribuição social diferidas, perda por redução ao valor recuperável de ativos intangíveis, provisão para créditos de liquidação duvidosa e provisões para riscos tributários, civis, trabalhistas e regulatórios e mensuração de valor justo. **2.6. Normas emitidas, vigentes e não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras do Grupo, estão descritas a seguir. O Grupo pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. Estas normas estão descritas a seguir:

Prontuário	Vigência
IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras	O IFRS 18 e as alterações nas outras normas são adotados em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1 ^o de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente.
IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1 ^o de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida.
Prontuário	Avaliação de adoção inicial
Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - demonstrações contábeis Individuais	A Companhia avaliou e não identificou impacto material nas informações trimestrais da Companhia.
Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial	A Companhia avaliou e não identificou impacto material nas informações trimestrais da Companhia.
Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de demonstrações contábeis e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade	A divulgação detalhada sobre os impactos da adoção inicial desta Orientação está na nota 5.
OCP 10 - Créditos de Carbono, Permissões de Emissões (allowances) e Créditos de Descarbonização (CBO)	A divulgação detalhada sobre os impactos da adoção inicial desta Orientação está na nota 5.

2.7. Representação das demonstrações financeiras: A Companhia está representado suas demonstrações financeiras em decorrência mudança prospectiva de prática contábil a partir do trimestre findo em 30 de junho de 2025, com efeitos práticos nos saldos comparativos referentes à apresentação das informações por segmento, em consonância com o pronunciamento CPC 22 - Informações por segmento. A atualização da apresentação busca demonstrar de forma mais fidedigna a visão da Administração em relação às Unidades Geradoras de Caixa ("UGCs") da Companhia no cenário atual. As Unidades Geradoras de Caixa de cada segmento estão apresentadas abaixo: **Destinação Final:** • Tratamento e Destinação de Resíduos Não-Perigosos (Recetas e Custos); • Plantas de Biogás (Recetas e Custos); • Projetos de Créditos de Carbono (Recetas e Custos); **Transição Energética:** • Plantas de Energia / UTEs (Recetas e Custos); • Plantas de Biometano (Recetas e Custos); • Plantas de Recuperação Energética / WTEs (Recetas e Custos); **Economia Circular:** • Plantas de Blendagem para co-processamento (Recetas e Custos); • Plantas de Reciclagem / UTMs (Recetas e Custos); • Plantas de Beneficiamento de Finos Siderúrgicos (Recetas e Custos); • Plantas de Compostagem (Recetas e Custos). Os segmentos operacionais reportáveis do Grupo, originalmente apresentados nas demonstrações financeiras para o semestre findo em 30 de setembro de 2024, estão apresentados no quadro abaixo:

Consolidado	30/09/2024			
	Destinação final	Energia, biogás e crédito de carbono	Beneficiamento de resíduos/VTE	Engenharia Ambiental
Receita operacional líquida	463.855	46.469	36.087	564.755
Custo dos serviços prestados	(194.207)	(11.460)	(34.863)	(259.273)
Lucro bruto antes da depreciação	269.648	35.009	1.224	305.482
Custos de depreciação	-	-	-	(79.062)
Lucro bruto	-	-	-	226.420
Recetas (despesas) operacionais Gerais e administrativas	(98.437)	-	-	75.288
Outras receitas (despesas), líquidas	16.983	-	-	(147.591)
Prejuízo antes do resultado financeiro equivalência patrimonial	(144.966)	-	-	(72.303)
Resultado financeiro	-	-	-	12.066
Despesas financeiras	-	-	-	84.729
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	-	21.992
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	-	-	-	2.165
Corrente	-	-	-	64.902
Diferido	-	-	-	-
Prejuízo do período	-	-	-	64.902

Os segmentos operacionais reportáveis do Grupo apresentados em nova estrutura estabelecida pela Administração para efeito comparativo nas demonstrações financeiras para o semestre findo em 30 de setembro de 2025, estão apresentados no quadro:

Destinação Final	30/09/2024			Total
	Transição Energética	Economia Circular	Total	
Receita operacional líquida	502.590	4.126	58.039	564.755
Custo dos serviços prestados	(193.496)	(6.713)	(59.064)	(259.273)
Lucro bruto antes da depreciação	309.094	(2.587)	1.025)	305.482
Custos de depreciação	-	-	-	(79.062)
Lucro bruto	-	-	-	226.420
Recetas (despesas) operacionais Gerais e administrativas	-	-	-	(98.437)
Outras receitas (despesas), líquidas	-	-	-	16.983
Prejuízo antes do resultado financeiro equivalência patrimonial	-	-	-	(144.966)
Resultado financeiro	-	-	-	12.066
Despesas financeiras	-	-	-	(147.591)
Resultado financeiro, líquido	-	-	-	(72.303)
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	-	21.992
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	-	-	-	2.165
Imposto de renda e contribuição social Corrente	-	-	-	64.902
Diferido	-	-	-	-

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXAS

Caixa	Controladora		Consolidado	
	30/09/2025	31/12/2024	30/09/2025	31/12/2024
Bancos	26.657	8.240	41.318	27.032
Certificado de depósito bancário (CDB)	136.176	4.053	138.540	22.890
Total	162.833	12.293	180.101	50.165

Os equivalentes de caixa incluem investimentos de curto prazo com liquidez imediata, em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor e são mantidos com a finalidade de gerenciamento dos compromissos de curto prazo. Os certificados de depósito bancários possuem remuneração aproximada de 100% do CDI.

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Títulos e valores mobiliários Circulante	Controladora		Consolidado	
	30/09/2025	31/12/2024	30/09/2025	31/12/2024
Circulante	43.618	50.906	52.859	55.364
Não circulante	13.902	8.504	23.143	12.962
Total	29.716	42.402	29.716	42.402

O saldo de aplicações financeiras constitui-se de recursos com rentabilidade via aplicações em CDB, sem risco de aplicação significativa do principal e rendimentos quando do resgate e remuneradas a rendimentos próximos a 100% da variação dos Certificados de Depósito Interbancário ("CDIs"). **5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES**

Contas a receber	Controladora		Consolidado	
	30/09/2025	31/12/2024	30/09/2025	31/12/2024
Serviços a faturar (1)	84.694	68.639	151.157	122.408
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(25.274)	(21.843)	(165.068)	(164.890)
Total	121.627	98.112	325.494	255.134
Circulante	73.472	56.286	240.557	169.906
Não circulante	48.155	41.826	84.937	85.228

(1) O saldo de serviços a faturar refere-se a (i) Créditos de Carbono comercializados conforme as condições contratuais, que serão oportunamente baixados do contas a receber de acordo com o processo de registro, verificação e entrega; e (ii) A apropriação por competência, com base nos boletins de medição que indicam a efetiva prestação dos serviços de acordo com as condições contratuais, cujos saldos serão transferidos para contas a receber quando do correspondente faturamento.

A seguir, estão demonstrados os saldos de contas a receber, faturados, por idade de vencimento:

Vencidos até 30 dias	Controladora		Consolidado	
	30/09/2025	31/12/2024	30/09/2025	31/12/2024
A vencer	30.133	15.468	83.754	56.455
Vencidos até 30 dias	1.386	8.986	4.480	20.314
Vencidos de 31 a 60 dias	652	468	19.516	5.739
Vencidos de 61 a 90 dias	206	650	9.084	3.285
Vencidos de 91 a 180 dias	725	1.825	10.972	12.785
Vencidos de 181 a 360 dias	1.856	1.128	13.723	12.581
Vencidos acima de 360 dias	27.249	22.791	197.876	186.457
Total	62.207	51.316	339.405	297.616

Dos saldos a receber da controlada CTRA junto a PMSG, no montante de R\$48.072, sendo 15.755 estão integralmente classificados na faixa de vencidos acima de 360 dias. Há processo em andamento cujos valores pleiteados ultrapassam os recebíveis deste cliente, que somente deverão ser reconhecidos após o encerramento do processo. A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa para 30 de setembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 é como segue:

Saldo em 1 ^o de janeiro	Controladora		Consolidado	
	30/09/2025	31/12/2024	30/09/2025	31/12/2024
Constituição de provisão, líquida de reversão	(21.843)	(17.406)	(164.890)	(154.960)
Saldo no fim do semestre/exercício	(25.274)	(21.843)	(165.068)	(164.890)

A avaliação da necessidade de provisão para créditos de liquidação duvidosa é realizada com base nas premissas estabelecidas no CPC 48/ IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, cabendo análise de determinados clientes e transações. Conforme entendimento da Administração, determinados recebíveis não devem ser considerados para fins de constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa por não haver indicativo de perda quando da realização, tais como serviços prestados a empresas do mesmo Grupo Econômico. A Companhia não espera incorrer em perdas que superem a provisão para créditos de liquidação duvidosa constituída em 30 de setembro de 2025. Conforme detalhado na Nota 1.b, há acordo firmado pela controlada CTRA junto à Concedente com mediação do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro para o recebimento dos valores, cuja movimentação está apresentada abaixo:

Parcelas recebidas em 2024	Movimentação do acordo	
	30/09/2025	31/12/2024
Parcelas recebidas em 2024	13.660	(600)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	12.860	(2.700)
Parcelas recebidas em 2025	(2.700)	10.160
Saldo em 30 de junho de 2025	-	-

Comercialização de créditos de carbono (Consolidado): As informações dos saldos em aberto dos créditos de carbono comercializados, que estão aguardando a conclusão do processo de certificação para entrega, estão detalhadas no quadro abaixo:

Empresa	Período de geração de créditos de CER's (tCO2eq)	Quantidade	Saldo em (R\$ Mil)	
			30/09/2025	31/12/2024
CTRNI	01-01-21 a 31-12-21	563	13.179	2028
CTRA	01-01-21 a 31-12-21	422	9.885	2027
OMA	01-01-21 a 31-12-21	677	17.944	2028
			41.008	2029

Os créditos gerados em contratos anteriores a 2021, foram integralmente entregues e parcialmente recebíveis até 2024, cujo montante correspondeu R\$7.493. Os valores estão impactados pelos efeitos de variação cambial atualizada até 30 de setembro de 2025. O saldo total apresentado está alocado em parcelas de serviços a faturar na rubrica de contas a receber. Em 30 de dezembro de 2021, a Companhia celebrou a venda dos créditos de carbono gerados em 2021 no montante de R\$39.275 através das controladas CTRNI, CTRA, Ecopesa (Incorporada em maio de 2022 pela OMA). O montante atualizado para 30 de setembro de 2025, considerando o efeito da variação cambial é de R\$29.428 (R\$37.849 em 31 de dezembro de 2024). O saldo total apresentado está alocado como serviços a faturar na rubrica de contas a receber. Estes contratos abrangem todo o volume de créditos de carbono gerados no exercício de 2021, sem estipular volume mínimo ou máximo e prazo de entrega. O contrato inicialmente tem premissa para os projetos no âmbito do Clean Development Mechanism ("CDM") com preço adicional caso a Companhia esteja apta ao mercado voluntário. O processo de enquadramento em entidade é composto pelas seguintes etapas e está em fase de desenvolvimento pela Companhia: (1) Desenvolvimento do projeto; (2) Consulta aos stakeholders do projeto (órgãos fiscalizadores, comunidades locais, ONGs, etc); (3) Envio do projeto para a nova entidade; (4) Revisão do projeto pela nova entidade; (5) Certificação do projeto. Em 05 de agosto de 2024 foi concluído o processo de registro do projeto de créditos de carbono do Eoparque Jaboatão dos Guararapes (Orizon Meio Ambiente), junto ao Gold Standard, mecanismo reconhecido mundialmente pelos seus critérios de elegibilidade, o que inclui qualidade, integridade e observância aos benefícios socioambientais. Em 16 de setembro de 2024 foi concluído o processo de registro do projeto de créditos de carbono do Eoparque Sergipe, junto ao Gold Standard, gerará cerca de 290 mil tCO2eq de carbono por ano. Em 29 de julho de 2025, foi concluído o registro do projeto de créditos de carbono do Eoparque Paulínia junto à Verra - organização de referência global no mercado voluntário de carbono, reconhecida internacionalmente pelo seu elevado rigor técnico na certificação de créditos. O projeto possui capacidade estimada de geração anual superior a 1 milhão de créditos de carbono, configurando-se como o maior projeto da Companhia nesse segmento até o momento. O primeiro período credício teve início em 1^o de novembro de 2022 e poderá ser renovado por até duas vezes, totalizando um período máximo de 21 anos de geração de créditos. **OCP 10 - Créditos de Carbono, Permissões de Emissões e Créditos de Descarbonização (CBO) - Adoção Inicial:** Em conformidade com a Orientação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis OCP 10 - "Créditos de Carbono, Permissões de Emissões (allowances) e Créditos de Descarbonização (CBO)", a Companhia avaliou os impactos decorrentes da adoção inicial desta norma, com o objetivo de assegurar a adequada representação contábil dos ativos e transações relacionados a instrumentos de mercado de carbono. A OCP 10 tem como propósito estabelecer diretrizes contábeis para o reconhecimento, mensuração e divulgação de créditos de carbono, permissões de emissão e créditos de descarbonização no contexto das demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, convergentes com as Normas Internacionais de Contabilidade - IFRS. Após análise técnica e aplicação do julgamento contábil apropriado, a Companhia identificou os seguintes principais efeitos decorrentes da adoção inicial da referida orientação: • Capitalização de Gastos: os dispêndios incorridos relacionados à geração e comercialização dos créditos de carbono são inicialmente reconhecidos como ativos intangíveis, em conformidade com os critérios estabelecidos no CPC 04 (R1) - Ativo Intangível, à medida que atendem aos requisitos de identificabilidade, controle e geração de benefícios econômicos futuros. Tais valores são capitalizados até o momento da emissão formal dos créditos pelos órgãos reguladores competentes. Após a emissão, os ativos são reclassificados para estoques, conforme previsto no CPC 16 (R1) - Estoques, sendo mantidos nesta rubrica até sua efetiva comercialização. A realização desses saldos ocorre no momento da venda, com o reconhecimento da receita de acordo com os critérios do CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. • Reconhecimento da Receita: a receita proveniente da venda de créditos de carbono será reconhecida somente quando atendidos os critérios de reconhecimento estabelecidos pelo CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, especialmente no que se refere à transferência do controle dos ativos ao comprador. Isso ocorrerá apenas após o registro formal dos créditos no órgão regulador competente e assinatura de contrato definitivo com o comprador, assegurando a transferência de todos os riscos e benefícios significativos. A adoção da OCP 10 está sendo efetuada de forma prospectiva, em conformidade com as diretrizes do CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, não resultando, portanto, em reclassificações ou ajustes nos saldos de abertura das demonstrações financeiras referentes aos períodos anteriores à adoção. A Companhia continuará monitorando a evolução regulatória e técnica relacionada ao mercado de carbono e seus desdobramentos contábeis, ajustando suas práticas conforme necessário para garantir conformidade às normas vigentes e à fiel representação da sua posição patrimonial e de desempenho econômico-financeiro. Os efeitos nas informações contábeis intermediárias estão descritas abaixo: • Durante a geração dos créditos que serão comercializados, os Gastos incorridos serão registrados no ativo intangível e mantidos nesta rubrica até que ocorra o registro dos créditos gerados; • Após certificação dos créditos gerados - Os gastos incorridos são reclassificados do ativo intangível para a rubrica de estoque; • Após a comercialização - Os créditos comercializados são reconhecidos na rubrica de receitas operacionais no resultado do exercício, enquanto os gastos incorridos presentes no estoque são baixados ao resultado no mesmo período. • Em 30 de setembro o montante capitalizado foi de R\$714.

6. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

Impostos e contribuições a recuperar	Controladora		Consolidado	
	30/09/2025	31/12/2024	30/09/2025	31/12/2024
Impostos de Renda Retido na Fonte (IRRF)	17.790	10.653	35.149	23.492
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)	1.138	952	2.176	1.994
Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)	799	2.424	2.566	3.973
Programa de Integração Social (PIS)	103	273	1.262	1.355
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	337	1.121	5.493	6.053
Impostos sobre Produtos Industrializados (IPI)	81	76	117	108
Outros impostos a recuperar	66	111	562	632
Subtotal - tributos federais	20.314	15.610	47.325	37.607
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)	7	8	12	36
Subtotal - tributos estaduais	7	8	12	36
Imposto sobre Serviços (ISS)	953	1.834	4.632	5.750
Subtotal - tributos municipais	953	1.834	4.632	5.750
Total	21.274	17.452	51.969	43.393

Os saldos apresentados referem-se principalmente aos impostos retidos na fonte pelos clientes, os quais são discriminados nas notas fiscais de prestação de serviços e impostos retidos das aplicações financeiras e retenções de impostos municipais na prestação de serviços, os quais são discriminados nas notas fiscais.



Orizon Meio Ambiente S.A.

CNPJ/MF nº 03.279.285/0001-30

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas em 30 de setembro de 2025 - (Em milhares de reais)

CTR NI - Banco do Brasil (Consolidado): Em 29 de abril de 2024, a controlada direta CTR NI contratou junto ao Banco do Brasil S.A. operação de crédito no montante de R\$15.000, com remuneração de CDI + 2,21% a.a., por meio de Cédula Única de Crédito. Em 24 de junho de 2024, foi contratada nova operação no valor de R\$50.000, remunerada por CDI + 2,27% a.a., com vencimento final em junho de 2027. Essas operações foram integralmente liquidadas no terceiro trimestre de 2025, com recursos provenientes da emissão de Notas Comerciais Escrituradas realizada em 30 de julho de 2025, no montante de R\$65.000. O instrumento possui prazo de 5 anos, vencendo em 15 de julho de 2030, com pagamento mensal de juros e amortização do principal a partir de agosto de 2025, e remuneração de 100% do CDI + 1,97% a.a. A captação teve como objetivo o refinanciamento das dívidas com vencimento entre 2026 e 2027 e a redução do custo de capital do grupo. A operação contém covenants financeiros e não financeiros usuais a esse tipo de transação. **CTR NI - Banco Votorantim (Consolidado):** Em 1º de abril de 2024, a controlada indireta CTRNI contratou junto ao Banco Votorantim S.A. operação no montante de R\$65.000, por meio da emissão de Notas Comerciais Escrituradas - Série Única, com remuneração de 100% do CDI + 2,65% a.a. Essa dívida foi integralmente liquidada em fevereiro de 2025, no valor atualizado de R\$51.614. Em 27 de fevereiro de 2025, a CTRNI firmou nova emissão de Notas Comerciais Escrituradas - Série Única, no valor de R\$80.000, com remuneração de 100% do CDI + 2,5% a.a. A amortização ocorrerá em cinco parcelas semestrais de R\$16.000, com vencimentos entre fevereiro de 2025 e fevereiro de 2028. O instrumento prevê cláusula de vencimento antecipado condicionada à manutenção de determinadas obrigações financeiras e societárias. A operação contém covenants financeiros e não financeiros usuais a esse tipo de transação. **Assunção de Dívida - Banco Bradesco (Controladora):** Em junho de 2020, a Companhia, assumiu dívida originalmente contratada pela então acionista Synthesis junto ao Banco Bradesco S.A., no valor de R\$19.756. A operação teve como objetivo substituir a estrutura de endividamento existente, pela qual a Companhia era devedora da Synthesis e esta, do Bradesco, resultando em relação direta entre a Companhia e o banco. O contrato prevê 12 parcelas mensais de R\$327, quitadas logo após a assinatura, e um saldo remanescente com vencimento final em abril de 2029, englobando principal e juros. A dívida é remunerada a 0,08% ao mês (equivalente a 1% a.a.), acrescida de 100% do CDI, com atualização mensal. A operação permanecia adimplente em 30 de setembro de 2025. **Emissão de novas debêntures - 4ª Emissão (Controladora):** Em 16 de novembro de 2021, a Companhia realizou sua 4ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, com garantia adalante fiduciária, em duas séries, no montante total de R\$500.000, sendo R\$250.000 por série. Os recursos foram destinados à amortização de emissões anteriores e ao financiamento de projetos de infraestrutura nos parques de Barra Mansa, Nova Iguaçu e São Gonçalo. As debêntures possuem carência de principal até novembro de 2023, com amortizações semestrais a partir dessa data. A série remunerada a CDI + 3,80% a.a. vence em 15 de novembro de 2031, e a série remunerada a IPCA + 6,76% a.a. vence em 15 de novembro de 2035, classificadas como debêntures de infraestrutura. O instrumento da 4ª emissão prevê covenants financeiros e não financeiros, incluindo limites de alavancagem, cobertura de juros e índice de serviço da dívida, além de obrigações de reporte e manutenção de garantias. Entre as principais condições:

- Dívida Líquida/EBITDA: até 4,5x, reduzindo-se gradualmente até 3,5x; • EBITDA/Despesa Financeira: mínimo de 2,0x; • Índice de Cobertura do Serviço da Dívida: mínimo de 1,25x; • Manutenção da listagem na CVM - Tipo B e entrega das demonstrações financeiras auditadas dentro dos prazos regulamentares;
- Proibição de cessão de obrigações e restrições à extinção antecipada de contratos de concessão das operações garantidoras. Em 22 de setembro de 2025, a Companhia concluiu a 6ª emissão de debêntures simples, em série única, no montante de R\$400.000. Os recursos foram utilizados para amortizar integralmente a série remunerada a CDI + 3,80% a.a. da emissão anterior e reforçar a estrutura de capital da Companhia. A quitação foi realizada no valor de R\$242.026, acrescida de prêmio por resgate antecipado de R\$5.973, e reconhecido no resultado do período o montante de R\$8.560 referente a custos diferidos da captação original. A 6ª emissão tem prazo de 10 anos, carência de principal até setembro de 2031 e amortizações semestrais entre 2026 e 2035, com remuneração de CDI + 1,45% a.a. O instrumento prevê covenants financeiros e não financeiros usuais, com obrigações menos restritivas que as emissões anteriores, refletindo o estágio de maturidade atual da Companhia e seu perfil de crédito consolidado. **Orizon Meio Ambiente - Emissão de novas debêntures - 5ª Emissão:** Em 11 de novembro de 2022, a Companhia realizou sua 5ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e fiduciária adicional, em série única, no montante total de R\$400.000. Os recursos foram destinados ao refinanciamento de dívidas existentes da Companhia e financiamento do plano de expansão da OMA e de suas controladas. As debêntures possuem carência de principal até dezembro de 2025, com amortizações mensais a partir de novembro de 2028 e vencimento final em novembro de 2030. A remuneração é de 100% do CDI + 2,4% a.a. A Escritura da 5ª emissão estabelece covenants financeiros e não financeiros em linha com os previstos na 4ª emissão, abrangendo limites de alavancagem, cobertura de juros e obrigações de reporte financeiro e manutenção de garantias. Em 30 de setembro de 2025, as obrigações decorrentes da 5ª emissão permanecem adimplentes. **Celebração de contrato de financiamento com a International Finance Corporation ("IFC"):** Em 30 de junho de 2023, a Companhia celebrou contrato de financiamento com a International Finance Corporation (IFC), instituição do Grupo Banco Mundial voltada ao apoio do setor privado. O financiamento, no montante de R\$130.000, foi desmembrado em 4 de setembro de 2023 e tem como finalidade reforçar a estrutura de capital e financiar projetos de expansão e eficiência operacional, com destaque para sistemas de triagem mecanizada e estações de tratamento de chorume. O contrato possui prazo final em 15 de abril de 2031, com carência de principal de 1 ano e pagamentos semestrais de juros e amortização a partir de 2025. A operação é regida por covenants financeiros e não financeiros usuais, incluindo limites de alavancagem (Dívida Líquida/EBITDA ≤ 4,0x) e cobertura de juros (EBITDA/Despesas Financeiras ≥ 2,0x), além de obrigações de reporting financeiro e manutenção de garantias. Em 30 de setembro de 2025, a operação permanecia adimplente e em conformidade com os limites contratuais. **5ª Emissão de Debêntures Simples - Não Conversíveis em Ações - Aditamento a 4ª Emissão:** Em 30 de janeiro de 2015, a Companhia realizou a 5ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, com garantia real e fiduciária adicional, no montante de R\$150.000, em série única, com prazo de 7 anos e remuneração de 100% da variação do CDI acrescida de spread entre 2,50% e 4,00% a.a., conforme o índice de Dívida Líquida/EBITDA. As debêntures previam carência de 24 meses para pagamento de juros e principal, com amortizações trimestrais em 21 parcelas a partir de janeiro de 2017, e vencimento original em janeiro de 2022. Em 2021, foi obtido waiver junto aos devedores, com validade até novembro de 2023, suspendendo o vencimento da dívida até a repactuação definitiva. Em 26 de dezembro de 2022, foi celebrado Term Sheet entre a Orizon Meio Ambiente (credora) e a Orizon Valorização de Resíduos (devedora), formalizando a repactuação da 5ª emissão, com novo fluxo de pagamento entre dezembro de 2024 e dezembro de 2032, mantendo-se as condições financeiras e cláusulas restritivas originais. Ainda em dezembro de 2022, foi firmada a quitação integral da 4ª emissão de debêntures simples, no valor de R\$305.964, correspondente ao valor de face atualizado de R\$381.912, líquido do ajuste a valor justo (AVJ) de R\$75.754. A operação gerou a reversão de AVP e impostos diferidos no valor de R\$59.060, com efeito neutro no resultado consolidado. Em 26 de dezembro de 2024, a Companhia quitou parcela de R\$64.262 da 5ª emissão, com dedução de AVJ de R\$9.869 e reconhecimento dos respectivos efeitos fiscais diferidos. **Arrendamentos (Consolidado):** A Companhia e suas controladas mantêm contratos de arrendamento mercantil firmados no curso normal das operações. Na aplicação do CPC 06 (R2) / IFRS 16, são adotados os seguintes expedientes práticos: • Utilização de taxa de desconto real única de 9,5% a.a., em linha com o custo médio ponderado de capital da Companhia; • Aplicação das isenções de reconhecimento para arrendamentos com prazo inferior a 12 meses e de baixo valor, cujos pagamentos são reconhecidos como despesa linear durante o período contratual; • Consideração de informações retrospectivas observáveis para determinação do prazo de arrendamento, incluindo opções de renovação ou rescisão contratual. **Orizon Meio Ambiente - Banco Safra:** Em 18 de outubro de 2022, a Companhia celebrou dois contratos de arrendamento mercantil financeiro com o Banco Safra S.A., totalizando R\$9.667. Os contratos referem-se ao arrendamento de unidades de tratamento de chorume em operação nos parques, utilizando tecnologia de osmose reversa. O passivo será amortizado em 48 parcelas mensais, com vencimento entre novembro de 2022 e outubro de 2026, e remuneração de 2,86% a.a. Os contratos preveem cláusulas usuais de vencimento antecipado, vinculadas ao inadimplemento de parcelas e ao descumprimento de obrigações acessórias, como tributos e encargos contratuais. **Orizon Meio Ambiente - Societé Générale Equipment Finance S.A.:** Em 17 de agosto de 2023, a Companhia firmou contrato de arrendamento mercantil financeiro com a Societé Générale Equipment Finance S.A., destinado à aquisição de uma central de sucção e queima de biogás, no valor de R\$7.337. O financiamento será liquidado em 48 parcelas mensais de aproximadamente R\$135, com vencimento entre outubro de 2023 e setembro de 2028, e remuneração equivalente a CDI + 3,0% a.a.

A movimentação dos arrendamentos reconhecidos conforme CPC 06 (R2) / IFRS 16 em 30 de setembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 é apresentada a seguir (em R\$ mil):

	Controladora	Consolidado
Saldo em 1º de janeiro de 2024	33.221	52.088
Adição de novos contratos no período - IFRS 16	52.432	111.042
Baixa de contratos	(7.998)	(8.731)
Pagamento de principal	(20.322)	(49.935)
Pagamento de juros	(3.303)	(6.675)
Juros apropriados no exercício	4.306	7.589
Saldo em 31 de dezembro de 2024	58.336	105.378
Adição de novos contratos no período - IFRS 16	19.734	33.879
Incorporação SPE Itapevi	119	-
Baixa de contratos	(14.876)	(23.748)
Pagamento de principal	(16.277)	(31.804)
Pagamento de juros	(4.137)	(10.322)
Juros apropriados no exercício	4.412	6.719
Saldo em 30 de setembro de 2025	47.311	79.802
Circulante	21.968	37.595
Não circulante	25.343	42.207

A Companhia mantém diversos contratos de arrendamento relacionados principalmente à locação de máquinas, equipamentos, veículos, geradores e purificadores de gases, utilizados nas operações dos parques. Esses contratos possuem prazos de até 10 anos e estão registrados na rubrica de Direito de Uso, conforme o IFRS 16, totalizando R\$79.802 mil em 30 de setembro de 2025 (R\$105.378 mil em 31 de dezembro de 2024). **Cronograma de pagamentos (consolidado):** Em 30 de setembro de 2025, os saldos dos arrendamentos classificados no passivo não circulante estão distribuídos por ano de vencimento como segue:

	Controladora	Consolidado
2026	9.803	9.746
2027	2.708	9.757
2028	810	3.737
2029	481	1.714
2030 em diante	11.541	17.253
Total	25.343	42.207

Ativo de direito de uso (Consolidado): Os ativos classificados como direito de uso são referentes principalmente à locação de equipamentos e terrenos para operações nos aterros sanitários e projetos, e possuem duração média de 1 a 7 anos, podendo ser os mesmos renovados no final destes contratos. Em 30 de setembro de 2025, as movimentações e informações de saldos de ativos de direito de uso estão detalhadas no quadro abaixo:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 1º de janeiro de 2024	22.794	40.381
Adições nos novos contratos	52.432	111.042
Baixa de contratos	(7.998)	(8.731)
Amortização do direito de uso no exercício	(16.548)	(46.406)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	50.680	96.286
Adição de novos contratos - IFRS 16	19.734	33.879
Incorporação SPE Itapevi	114	-
Baixa de contratos	(14.876)	(22.956)
Amortização do direito de uso no exercício	(13.757)	(33.991)
Saldo em 30 de setembro de 2025	41.895	72.918

Direito de PIS e COFINS a recuperar (Consolidado): A Companhia possui direito de PIS e COFINS a recuperar incidente sobre as presteações dos arrendamentos. Na mensuração dos fluxos de caixa dos arrendamentos não foram destacados os créditos de impostos, sendo os efeitos pontuais de PIS e COFINS sobre fluxo contratual bruto, em 30 de setembro de 2025 de R\$2.942 (R\$4.619 em 31 de dezembro de 2024).

14. FORNECEDORES

Esta rubrica registra os saldos em aberto junto a fornecedores de serviços, materiais e equipamentos, relacionados às operações em curso e aos investimentos em novas unidades e projetos. Em 30 de setembro de 2025, o saldo consolidado era de R\$58.102 mil (R\$52.871 mil em 31 de dezembro de 2024). A seguir, estão demonstrados os saldos em aberto para 30 de setembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024:

	Controladora	Consolidado
Fornecedores	23.561	58.102
15. OUTORGAS A PAGAR (CONSOLIDADO)	19.741	52.871

Referem-se aos valores correspondentes de 6% a 10% sobre as receitas de serviços prestados pelos aterros sanitários (CTRNI, CTRA e CTRBM) para outros parques que não o poder concedente.

15. OUTORGAS A PAGAR (CONSOLIDADO)

Referem-se aos valores correspondentes de 6% a 10% sobre as receitas de serviços prestados pelos aterros sanitários (CTRNI, CTRA e CTRBM) para outros parques que não o poder concedente.

	Controladora	Consolidado
Aterro sanitário		
da outorga		
correção (a.m.)		
Orizon Meio Ambiente	10%	INPC + 1%
CTRNI	6%	IGPM
CTRA	10%	IPCA + 1%
CTRBM	6%	IPCA + 1%
Total	14.761	11.902

16. SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS

	Controladora	Consolidado
Salários e honorários a pagar	2.223	4.046
INSS a recolher	1.941	3.482
FGTS a recolher	422	443
Provisão e encargos sobre férias	8.198	7.350
Provisão e encargos sobre 13º salário	4.069	7.526
IRRF sobre salários	1.251	1.428
Outros	421	398
Total	18.525	14.951

17. PARCELAMENTO DE IMPOSTOS

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2025	31/12/2024	30/09/2025	31/12/2024
IRRF	-	-	-	-
INSS	3.009	3.195	6.358	6.053
ISS (1)	6	-	4	20
COFINS (2)	4.171	6.116	9.834	14.171
COFINS (3)	3.548	4.226	10.958	14.100
IRPJ (3)	1.076	1.367	3.944	5.265
CSLL (3)	1.865	2.338	2.773	3.762
PIS (3)	626	1.830	5.237	7.528
PERT (3)	-	-	-	-
Outros Parcelamentos	-	-	-	-
Total	14.892	19.872	39.744	51.755
Circulante	8.674	8.994	20.291	20.696
Não circulante	6.218	10.878	19.453	31.059

(1) No 4º trimestre de 2020, houve homologação de parcelamento de impostos federais no montante de R\$14.222, com vencimento em até 60 parcelas da companhia e controladas CTRNI, CTRBM, CTRA e ETR. Ao longo de 2021, estas mesmas empresas aderiram a novos parcelamentos no montante aproximado de R\$14.000, nas mesmas condições dos parcelamentos firmados em 2020. Em 2022, houve adesão a novos parcelamentos em decorrência de planejamento tributário e necessidade de capital de giro, com inclusão do INSS nos montantes parcelas.

A maior parte dos saldos de parcelamentos possui entre vencimento até 2027, cuja remuneração ocorre pela taxa fixa. **Cronograma de pagamentos:** Em 30 de setembro de 2025, os saldos dos parcelamentos classificados no passivo não circulante estão distribuídos por ano de vencimento como segue:

	Controladora	Consolidado
2025	9.833	2.919
2026	1.865	5.838
2027	1.865	5.838
2028 em diante	1.555	4.858
Total	6.218	19.453

18. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

a) **Passivos contingentes classificados com probabilidade de perda provável:** Durante o curso normal de suas atividades, a Companhia está exposta a reclamações trabalhistas, fiscais e cíveis. Para cada processo ou exposição a processo, a Administração efetua uma avaliação da probabilidade de que sua decisão final possa resultar em uma perda para a Companhia e, portanto, com base nesta avaliação, a Administração registrou uma provisão para cobrir as prováveis perdas trabalhistas, fiscais e cíveis. Pela análise da Administração e seus consultores jurídicos externos, a posição das contingências prováveis e provisionadas é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2025	31/12/2024	30/09/2025	31/12/2024
Trabalhistas	1.904	5.523	3.074	6.795
Cíveis	810	791	810	792
Tributárias	2.842	2.786	7.436	7.382
Total	5.556	9.100	11.320	14.969

As movimentações das contingências estão resumidas a seguir:

	Controladora			Total
	Trabalhistas	Tributárias	Cíveis	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2024	10.118	2.726	768	13.612
Adições/Reversões	(4.434)	214	1.038	(3.182)
Pagamentos	(161)	(154)	(1.015)	(1.330)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	5.523	2.786	791	9.100
Adições/Reversões	(2.296)	(23)	608	(1.811)
Pagamentos	(1.323)	79	(489)	(1.733)
Saldo em 30 de setembro de 2025	1.904	2.842	810	5.556

Saldo em 1º de janeiro de 2024

	Trabalhistas	Tributárias	Cíveis	Total
Adições/Reversões	(4.242)	223	1.600	(2.419)
Pagamentos	(173)	(163)	(1.592)	(1.928)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	6.795	7.382	792	14.969
Adições/Reversões	(2.035)	(25)	848	(1.212)
Pagamentos	(1.686)	79	(830)	(2.437)
Saldo em 30 de setembro de 2025	3.074	7.436	810	11.320

As reclamações trabalhistas estão relacionadas, substancialmente, ao pagamento de horas extras, adicional de transferência, dentre outros pleitos, frequentemente ligados a disputas sobre o montante de compensação pago sobre as demissões. Além disso, estão registrados montantes provisionados sobre riscos relacionados a pagamentos ao corpo executivo. A Companhia continua defendendo seus interesses em todos os litígios descritos anteriormente, e constituiu provisão para riscos relacionados aos processos considerados como de perdas prováveis em que a companhia é imputada (natureza passiva) dos processos. b) **Passivos contingentes classificados com probabilidade de perda possível:** Em 30 de setembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, os processos considerados como de probabilidade de perda possível pela Administração e por seus assessores legais externos, não provisionados nas informações contábeis intermediárias são conforme quadro abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2025	31/12/2024	30/09/2025	31/12/2024
Natureza dos processos				
Cível	79.635	74.816	119.349	112.529
Trabalhista	15.936	11.455	26.326	18.334
Tributária	161.264	146.766	342.762	308.830
Total	256.835	233.037	488.437	439.693

(1) **Cível:** • Incidente de desconsideração da personalidade jurídica com o objetivo de incluir a Companhia no polo passivo na demanda principal. • Execução de crédito, decorrente de Contrato de Representação Comercial. • Ação popular ajuizada em face da Companhia alegando irregularidades em processo licitatório. • Incidente de desconsideração da personalidade jurídica com o objetivo de incluir a Companhia no polo passivo na demanda principal. • Execução de crédito, decorrente de Contrato de Representação Comercial. • Ação popular ajuizada em face da Companhia alegando irregularidades em processo licitatório. • Ação indenizatória obtendo a condenação das res ao pagamento de indenização, referente ao suposto descumprimento do Contrato de Compra e Venda e Outras Avencas.

• Auto de infração lavrado por suposto lançamento de efluentes no corpo hídrico. (2) **Trabalhista:** • Reclamação Trabalhista que versa sobre pagamento de verbas rescisórias por ex-funcionários. (3) **Tributário:** • Auto de infração lavrado para cobrança de valores a título de IRPJ, IRRF, PIS/PASEP, COFINS, CSLL, Multa Isolada, Cide Remessas decorrentes de suposta dedução de despesas indevidas no período fiscalizado. • Auto de infração lavrado em razão de fiscalização em face da empresa, para a cobrança de valores a título de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, sob suposta utilização incorreta do percentual de presunção para apuração dos mesmos. • Autos de infração de IRPJ/CSLL, apurados com base no lucro presumido, referente ao ano calendário de 2016 e 2017. De acordo com a fiscalização, e a empresa teria infringido a legislação tributária ao aplicar os percentuais de presunção sobre a receita bruta de 8% para a apuração do IRPJ e 12% para a CSLL, ao invés do percentual de 32%.

• Auto de infração lavrado em razão de fiscalização em face da empresa, para a cobrança de valores a título de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, sob suposta utilização incorreta do percentual de presunção para apuração dos mesmos. c) **Depósitos Judiciais:** Os depósitos judiciais estão vinculados, principalmente, a causas trabalhistas, além de bloqueios judiciais de saldos bancários em processos cíveis e estão classificados no ativo não circulante. Em 30 de setembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, os saldos estão apresentados no quadro abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2025	31/12/2024	30/09/2025	31/12/2024
Depósitos judiciais	1.294	1.294	1.300	1.300

19. ADIANTAMENTO DE CLIENTES

Os saldos em aberto referem-se principalmente à adiantamentos recebidos de clientes para prestação de serviços de tratamento e destinação final de resíduos, cujas compensações ocorrem na medida em que os serviços são realizados e faturados. Abaixo, movimentação dos saldos de adiantamentos de clientes no consolidado:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 1º de janeiro de 2024	1.435	2.511
Ingressos	6739	30385
Compensações	(7.869)	(26.473)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	305	6.423
Adiantamentos recebidos	21.982	86.832
Compensações	(19.266)	(86.877)
Saldo em 30 de setembro de 2025	3.021	3.578

20. CONTAS A PAGAR

Aquisição de empresas: Aquisição SPES - U



Orizon Meio Ambiente S.A.

CNPJ/MF nº 03.279.285/0001-30



26. COMPROMISSOS (CONSOLIDADO)

Créditos de carbono - Certificação e entrega de créditos de carbono: A Companhia através de suas controladas diretas, possui compromisso para entrega de créditos de carbono, conforme detalhamento na nota 5. **Fornecimento de Biogás: Investidas diretas - CTRNI e CTRA:** A Companhia através de suas controladas diretas, possui contratos firmados vigentes até 2034 para fornecimento de biogás extraído das operações nos ecoparques de Nova Iguaçu e São Gonçalo. Os contratos estabelecem preços de R\$0,12 à R\$0,14 por Nm3 (data-base: outubro-2014), livres de impostos, que irão variar de acordo com as quantidades de gás bioquímico fornecidas, reajustados anualmente pelo IPCA/IBGE. **OMA - Biometano Verde Paulínia:** A companhia possui compromisso de fornecedor biogás para a Biometano Verde Paulínia, planta de purificação de biogás no Ecoparque de Paulínia com a produção diária estimada em 180.000 m3 podendo alcançar até 300.000 m3. O contrato iniciou em outubro de 2025. Além desses, há outros compromissos, conforme relacionamos abaixo: • Earm-out: pelo Biogás entre 18.500 Nm3/h e 30.000 Nm3/h a ser verificado em ano específico, limitado ao 5º ano após o início de fornecimento. As Partes comprometem-se a expandir a capacidade da planta para esse novo volume. • Contrato de take or pay - Biogás: Entrega da totalidade do biogás para a produção do biometano a preços de mercado por um prazo de 20 anos (com garantia de fornecimento, volumes definidos, etc.). • Contrato de take or pay - Biometano: Compass compra até a totalidade do biometano produzido pela planta de Paulínia a preços de mercado por um prazo de 10 anos. **Celebração de Contrato de Compra e Venda de Biometano:** • Em 15 de julho de 2024, houve a celebração de contrato de compra e venda de biometano a ser gerado no Ecoparque de Itapevi ("Contrato Itapevi") entre a BioE e a Edge Comercialização S.A., companhia controlada pela Compass Gás e Energia S.A. ("Edge" e, em conjunto com a BioE, "Partes").

27. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) **Objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos:** Como política de gestão de ativos financeiros, a Companhia busca permanentemente melhorar sua rentabilidade adequada ao risco. Para isso, são estabelecidos critérios e indicadores que mostrem a adequação dos riscos de liquidez, de mercado e de crédito. No curso normal de suas operações, a Companhia está exposta a riscos de mercado, tais como: taxas de juros, liquidez, crédito, dentre outros. Os principais instrumentos financeiros da Companhia estão apresentados a seguir:

Ativos financeiros	Categoria	30/09/2025		31/12/2024	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	162.833	162.833	180.101	180.101
Títulos e valores mobiliários	Valor justo por meio do resultado	43.618	43.618	52.859	52.859
Títulos e valores mobiliários	Valor justo por meio do resultado	561.581	561.581	561.581	561.581
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	121.627	121.627	325.494	325.494
Contas a receber de partes relacionadas	Custo amortizado	245.684	245.684	149.217	149.217
Depósitos judiciais e cauções	Custo amortizado	1.294	1.294	1.300	1.300
Passivos financeiros					
Fornecedores	Custo amortizado	23.561	23.561	58.102	58.102
Empréstimos e financiamentos	Valor justo por meio do resultado	1.275.949	1.275.949	1.499.374	1.499.374
Arrendamentos	Custo amortizado	47.311	47.311	79.802	79.802
Contas a pagar a partes relacionadas	Custo amortizado	774.940	774.940	370.830	370.830
Outorgas a pagar	Custo amortizado	101	101	14.761	14.761
Adiantamento de clientes	Custo amortizado	3.021	3.021	3.578	3.578

Ativos financeiros	Categoria	30/09/2025		31/12/2024	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	12.293	12.293	50.165	50.165
Títulos e valores mobiliários	Valor justo por meio do resultado	50.906	50.906	55.364	55.364
Títulos e valores mobiliários	Valor justo por meio do resultado	502.107	502.107	502.107	502.107
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	98.112	98.112	255.134	255.134
Contas a receber de partes relacionadas	Custo amortizado	225.271	225.271	150.612	150.612
Depósitos judiciais e cauções	Custo amortizado	1.294	1.294	1.300	1.300
Passivos financeiros					
Fornecedores	Custo amortizado	19.741	19.741	52.871	52.871
Empréstimos e financiamentos	Valor justo por meio do resultado	1.096.410	1.096.410	1.304.394	1.304.394
Arrendamentos	Custo amortizado	58.336	58.336	105.378	105.378
Contas a pagar a partes relacionadas	Custo amortizado	679.939	679.939	279.501	279.501
Outorgas a pagar	Custo amortizado	101	101	11.902	11.902
Adiantamento de clientes	Custo amortizado	305	305	6.423	6.423

A controlada CTRNI possui contrato de swap para cobertura cambial da operação de crédito junto ao Banco Safra, conforme contrato firmado em junho de 2024. A Administração também acredita que os valores contábeis dos demais instrumentos financeiros não são significativamente diferentes dos seus respectivos valores justos, considerando-se que as taxas de juros desses instrumentos não são significativamente diferentes das taxas de mercado. b) **Hierarquia do valor justo:** O Pronunciamento Técnico CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros define valor justo como o valor/preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago na transferência de um passivo em uma transação ordinária entre participantes de um mercado na data de sua mensuração. A norma esclarece que o valor justo deve ser fundamentado nas premissas que os participantes de um mercado utilizam quando atribuem um valor/preço a um ativo ou passivo e estabelece uma hierarquia que prioriza a informação utilizada para desenvolver essas premissas. A hierarquia do valor justo atribui maior peso às informações de mercado disponíveis (ou seja, dados observáveis) e menor peso às informações relacionadas a dados com pouca ou nenhuma atividade de mercado (ou seja, dados inobserváveis). Adicionalmente, a norma requer que a entidade considere todos os aspectos de riscos de não desempenho (*nonperformance risk*), incluindo o próprio crédito da Companhia, ao mensurar o valor justo de um passivo. O Pronunciamento Técnico CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros define valor justo como o valor/preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago na transferência de um passivo em uma transação ordinária entre participantes de um mercado na data de sua mensuração. A norma esclarece que o valor justo deve ser fundamentado nas premissas que os participantes de um mercado utilizam quando atribuem um valor/preço a um ativo ou passivo e estabelece uma hierarquia que prioriza a informação utilizada para desenvolver essas premissas. A hierarquia do valor justo atribui maior peso às informações de mercado disponíveis (ou seja, dados observáveis) e menor peso às informações relacionadas a dados com pouca ou nenhuma atividade de mercado (ou seja, dados inobserváveis). Adicionalmente, a norma requer que a entidade considere todos os aspectos de riscos de não desempenho (*nonperformance risk*), incluindo o próprio crédito da Companhia, ao mensurar o valor justo de um passivo. O CPC 48/IFRS 9 estabelece uma hierarquia de seis níveis a ser utilizada ao mensurar e divulgar o valor justo. Um instrumento de categorização na hierarquia do valor justo baseia-se no menor nível de input significativo para sua mensuração. A seguir está demonstrada uma descrição dos seis níveis dessa hierarquia: • **Nível 1** - os inputs são determinados com base nos preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos idênticos na data da mensuração. Adicionalmente, a Companhia deve ter a possibilidade de negociar nesse mercado ativo e o preço praticado não pode ser ajustado pela Companhia. Em 30 de junho de 2025, a Companhia apresentou instrumento financeiro classificado como Nível 1. • **Nível 2** - os inputs são outros que não sejam preços praticados conforme determinado pelo Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente. Os inputs do Nível 2 incluem preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos similares, preços praticados em um mercado inativo para ativos ou passivos idênticos; ou inputs que são observáveis ou que possam corroborar na

observação de dados de um mercado por correlação ou de outras formas para substancialmente toda parte do ativo ou passivo. • **Nível 3** - os inputs inobserváveis são aqueles provenientes de pouca ou nenhuma atividade de mercado. Esses inputs representam as melhores estimativas da administração da entidade de como os participantes de mercado poderiam atribuir valor/preço a esses ativos ou passivos. Geralmente, os ativos e passivos de Nível 3 são mensurados utilizando modelos de precificação, fluxo de caixa descontados ou metodologias similares que demandam um nível significativo de julgamento ou estimativa. Em 30 de setembro de 2025 a Companhia não possuía instrumento financeiro classificado como Nível 3. De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 48/IFRS 9 - **Instrumentos Financeiros: Evidenciação**, a Companhia mensura suas aplicações financeiras e aplicações financeiras restritas pelo seu valor justo. A tabela a seguir demonstra resumidamente os ativos financeiros registrados a valor justo em 30 de setembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024:

Ativos financeiros	Hierarquia do valor justo	30/09/2025		31/12/2024	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 2	162.833	162.833	180.101	180.101
Títulos e valores mobiliários	Nível 2	43.618	43.618	52.859	52.859
Títulos e valores mobiliários Debêntures	Nível 2	561.581	561.581	561.581	561.581
Contas a receber de clientes		121.627	121.627	325.494	325.494
Contas a receber de partes relacionadas		245.684	245.684	149.217	149.217
Depósitos judiciais e cauções		1.294	1.294	1.300	1.300
Passivos financeiros					
Fornecedores		23.561	23.561	58.102	58.102
Empréstimos e financiamentos	Nível 2	1.275.949	1.275.949	1.499.374	1.499.374
Arrendamentos		47.311	47.311	79.802	79.802
Contas a pagar a partes relacionadas		774.940	774.940	370.830	370.830
Outorgas a pagar		101	101	14.761	14.761
Adiantamento de clientes		3.021	3.021	3.578	3.578

Ativos financeiros	Hierarquia do valor justo	30/09/2025		31/12/2024	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 2	180.101	180.101	180.101	180.101
Títulos e valores mobiliários	Nível 2	52.859	52.859	55.364	55.364
Títulos e valores mobiliários Debêntures	Nível 2	561.581	561.581	561.581	561.581
Contas a receber de clientes		325.494	325.494	255.134	255.134
Contas a receber de partes relacionadas		149.217	149.217	150.612	150.612
Depósitos judiciais e cauções		1.300	1.300	1.300	1.300
Passivos financeiros					
Fornecedores		58.102	58.102	52.871	52.871
Empréstimos e financiamentos	Nível 2	1.499.374	1.499.374	1.304.394	1.304.394
Arrendamentos		79.802	79.802	105.378	105.378
Partes relacionadas		370.830	370.830	279.501	279.501
Outorgas a pagar		14.761	14.761	11.902	11.902
Adiantamento de clientes		3.578	3.578	6.423	6.423

Mensuração dos instrumentos financeiros pelo valor justo: A Companhia efetuou a avaliação dos ativos e passivos financeiros em relação aos respectivos valores de mercado ou valores de recuperação, utilizando-se das informações disponíveis e melhores práticas em metodologias de avaliação de mercado para cada situação. A interpretação dos dados de mercado e as metodologias escolhidas requer alto grau de julgamento para o estabelecimento de estimativas razoáveis para se calcular o valor justo. Consequentemente, a estimativa apresentada pode não indicar, necessariamente, os montantes que seriam obtidos no mercado atual. O uso de diferentes hipóteses para o cálculo do valor justo pode resultar em efeitos significativos nos valores obtidos. Para contratos cujas condições atuais são similares àquelas nas quais foram originalmente pactuados ou não possuem parâmetro para cotação ou contratação, os valores justos são similares aos valores contábeis. Na avaliação com a finalidade de determinar o valor justo desses ativos e passivos mensurados ao custo amortizado, foi considerada a mensuração de impacto dos efeitos de adoção do CPC 48/IFRS 9. c) **Gestão dos riscos financeiros:** A Companhia está exposta aos riscos de liquidez, crédito e mercado. A Administração acredita que o principal de risco de mercado ao qual a Companhia está exposta é o risco de taxa de juros, conforme descrito a seguir: **Risco de liquidez:** O risco de liquidez representa a possibilidade de descasamento entre os vencimentos de ativos e passivos, o que pode resultar na incapacidade de cumprimento de obrigações nos prazos estabelecidos. A Companhia gerencia o risco de liquidez por meio da combinação da manutenção de reservas adequadas, linhas de crédito e outros produtos financeiros, monitorando continuamente o orçamento e o atual fluxo de caixa casando os prazos de vencimentos de ativos e passivos financeiros. A Administração da Companhia vem atuando para reverter os prejuízos acumulados e capital circulante líquido negativo. Entre as metas estabelecidas pela Administração para alcançar melhores resultados, e resultados já conquistados, destacamos: • Estudo de oportunidades para redução de custos e despesas que foram implementados e continuidade na avaliação de processos para melhoria operacional e administrativa. • Avanço nas negociações junto à Prefeitura Municipal de São Gonçalo envolvendo saldos a receber da controlada CTRA, no que tange à liquidação de saldos do passado, compensações de impostos municipais e outorgas em aberto, além de pleito pelo aumento no prazo de concessão. • Implementação de novos negócios, para os quais a Companhia estima obter rentabilidade nos próximos exercícios. Dentre eles, destacam-se (i) a comercialização de biogás oriundo do gás gerado pela decomposição dos resíduos sólidos destinados nos aterros sanitários de Nova Iguaçu, São Gonçalo, para os quais as controladas indiretas têm contratos firmados para fornecimento de gás a terceiros até 2029; (ii) contrato de fornecimento de biogás firmado entre a CTRBM e a Biogera; e (iii) contrato de parceria para compartilhamento e utilização de biogás para geração de energia elétrica, firmado entre a antiga Ecopesa (Incorporada pela OMA em maio de 2022) e a ASJA Brasil Serviços para o Meio Ambiente Ltda. • Implementação de novas atividades de valorização de resíduos que fortalecerão a geração de caixa operacional da Companhia, com destaque para as atividades de reciclagem, briquetagem e geração de energia. • Início da operação de comercialização de energia pela unidade de recuperação energética localizada em Barueri, São Paulo, por meio do contrato firmado com a Companhia Energética de Minas Gerais de longa duração (15 anos). Acordo de repêrimento do passivo da Companhia com fluxo de pagamento compatível com a geração de caixa da Companhia e de suas controladas. A tabela a seguir detalha a composição e o cronograma recebimento e pagamentos dos ativos e passivos financeiros da Companhia:

Ativos financeiros	Controladora					Total
	Sem vencimento	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	
Caixa e equivalentes de caixa	162.833	-	-	-	-	162.833
Títulos e valores mobiliários	43.618	-	-	-	-	43.618
Contas a receber de clientes	-	90.939	859	2.581	27.248	121.627
Partes relacionadas	-	-	-	-	245.684	245.684
Debêntures	-	-	-	137.953	423.628	561.581
Total	206.451	90.939	859	140.534	696.560	1.135.343

Ativos financeiros	Consolidado					Total
	Sem vencimento	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	
Caixa e equivalentes de caixa	180.101	-	-	-	-	180.101
Títulos e valores mobiliários	52.859	-	-	-	-	52.859
Contas a receber de clientes	-	79.099	23.825	24.768	197.802	325.494
Partes relacionadas	-	-	-	-	149.217	149.217
Debêntures	-	-	-	137.953	423.628	561.581
Total	232.960	79.099	23.825	162.721	770.647	1.269.252

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da **Orizon Meio Ambiente S.A.** Rio de Janeiro - RJ **Introdução:** Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Companhia Orizon Meio Ambiente ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2025, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo notas explicativas. A diretoria é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão. **Alcance da revisão:** Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 *Review of*

Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria. **Conclusão sobre as informações intermediárias individuais e consolidadas:** Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários. **Ênfase - Reapresentação dos valores correspondentes:** Chamamos atenção para a nota explicativa nº 2.7 das informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, que em decorrência da mudança de política contábil, referente à visão atual da Administração sobre seus segmentos operacionais, os valores correspondentes às informações por segmento em 30 de setembro de 2024, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados, conforme previsto no Pronunciamento Técnico CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, e no Pronunciamento

Passivos financeiros	Controladora					Total
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	
Fornecedores	22.962	544	55	-	-	23.561
Empréstimos e financiamentos	13.072	26.143	117.645	-	1.119.089	1.275.949
Arrendamentos	7.491	13.121	14.891	11.808	-	47.311
Partes relacionadas	-	-	-	774.940	-	774.940
Outorgas a pagar	101	-	-	-	-	101
Adiantamento de clientes	450	209	2.362	-	-	3.021
Total	44.076	40.017	134.953	786.748	1.119.089	2.124.883

Passivos financeiros	Consolidado					Total
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	
Fornecedores	55.602	2.103	337	60	-	58.102
Empréstimos e financiamentos	15.968	31.936	143.714	-	1.307.756	1.499.374
Arrendamentos	13.785	21.397	16.880	12.769	-	14.971
Partes relacionadas	-	-	-	-	370.830	370.830
Outorgas a pagar	14.761	-	-	-	-	14.761
Adiantamento de clientes	760	233	2.383	202	-	3.578
Total	100.876	55.669	163.314	13.031	1.693.557	2.026.447

Risco de crédito: O risco de crédito se refere ao risco da possibilidade de descumprimento (*default*) de uma contraparte das suas obrigações contratuais resultando em perdas financeiras para a Companhia. Os instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia à concentração do risco de crédito são primariamente o caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, aplicações financeiras restritas, contas a receber de clientes e de partes relacionadas. A prática da Companhia é depositar o caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e aplicações financeiras restritas em títulos de renda fixa de instituições financeiras com altos níveis de classificação (*ratings*) de crédito. A Companhia limita o montante de exposição a qualquer instituição financeira de modo a minimizar sua exposição ao risco de crédito. Em relação aos demais créditos, a Administração da Companhia mantém-se atenta ao monitoramento do risco de crédito, adotando as medidas e precauções cabíveis, além de constituir provisão para créditos de liquidação duvidosa, sempre que houver necessidade. Em 30 de setembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 havia saldo de provisão para perdas no caixa e receber consolidado no montante de R\$165.068 e R\$164.890, respectivamente para cobrir o risco de crédito (Nota 5). **Risco de preços:** Os preços praticados pela Companhia refletem, substancialmente, as condições de mercado. Os preços praticados nos projetos especiais são determinados com base em negociações comerciais, caso a caso. **Risco de taxa de juros:** Risco de que a Companhia incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas aos passivos captados junto ao mercado. Não há política de contratação de operações com derivativos com finalidade especulativa. As análises de sensibilidade a seguir foram determinadas com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros derivativos e não derivativos na data do balanço. Os cenários I e II foram estimados com uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, acima da expectativa provável. **Análise de sensibilidade da variação na taxa do CDI:** A Administração efetuou teste de sensibilidade para os ativos e passivos indexados ao CDI, considerando a deterioração da taxa do CDI em 25% e 50% inferiores e superiores, respectivamente, ao cenário provável, a partir da taxa efetiva anual levantada em 30 de setembro de 2025, conforme demonstrado a seguir:

Operação	Ativos (Consolidado)			
	Saldo 30/09/2025	Cenário provável	Cenário I Δ 25%	Cenário II Δ 50%
Taxa efetiva anual do CDI - período findo em 30/09/2025 (*)		10,30%		
Aplicações financeiras (Nota 4)	52.859	54.796	56.641	58.487
Taxa anual estimada - exercício findo em 31/12/2025		13,97%	17,46%	20,95%
Efeito positivo (negativo) no resultado/patrimônio líquido - exercício findo em 31/12/2025		1.937	3.782	5.628

Operação	Ativos (Consolidado)			
	Saldo 30/09/2025	Cenário provável	Cenário I Δ 25%	Cenário II Δ 50%
Taxa efetiva anual do CDI - período findo em 30/09/2025 (*)		10,30%		
Empréstimos e financiamentos (Nota 13)	1.499.374	1.554.316	1.606.664	1.659.012
Taxa anual estimada - exercício findo em 31/				